



OS ENCONTROS E DESENCONTROS ENTRE ESPORTE E EDUCAÇÃO: UMA DISCUSSÃO FILOSÓFICO-PEDAGÓGICA

Paula Korsakas

Universidade Presbiteriana Mackenzie

Dante de Rose Junior

Universidade de São Paulo

Resumo: A trajetória do esporte, dos tempos modernos à contemporaneidade, é o pano de fundo deste texto que busca discutir, com base em considerações filosóficas e pedagógicas, o seu papel como meio de educação na história recente da humanidade. Entendendo-o como um fenômeno sociocultural de múltiplos significados, propõe-se uma análise das diferentes abordagens pedagógicas do esporte infantil, contrapondo rendimento e autonomia como finalidades de diferentes práticas educativas. Ao refletir sobre a educação no século XXI, que já anuncia, não nas profecias, mas em estudos projetivos, as conseqüências negativas dos atos humanos orientados pelo individualismo para as próximas décadas. A pedagogia da autonomia é reconhecida como um caminho possível para o esporte assumir seu papel como meio de intervenção na realidade, na expectativa de que ele possa, num futuro próximo, refletir uma sociedade solidária.

Palavras-chave: Esporte; Criança; Educação.

A PHILOSOPHICAL-PEDAGOGICAL DISCUSSION ABOUT SPORT AND EDUCATION: AGREEMENTS AND DISAGREEMENTS

Abstract: Sport history, from modern to contemporary times, guides this text into philosophical and pedagogical discussions about its role in education considering the recent humanity history. Recognizing sport as a socio-cultural phenomenon, this work proposes an analysis of the differences between two pedagogical approaches, placing results and autonomy as aims of different practices. Thinking about education in the XXI century, which announces, by projective studies instead of prophecies, the prejudicial consequences of human acts guided by individualism, the autonomy pedagogy is recognized as a possible way to sport assume its role in changing reality, expecting that, in a near future, he might reflect solidarity.

Keywords: Sport; Children; Education.

O ESPORTE E A EDUCAÇÃO FÍSICA AO LONGO DOS TEMPOS

Desde a Idade Antiga já se pensava no esporte como elemento importante na educação do homem. Nessa época, os gregos atribuíam um grande valor às atividades físicas e esportivas na formação física e moral de seus cidadãos. E ainda que a própria concepção de esporte tenha passado por enormes transformações durante todos esses séculos, as discussões sobre a sua relação com a educação continuam presentes.

A expansão do esporte moderno, um dos fenômenos sociais mais significativos dos últimos tempos, impulsionada pelas transformações sociais ocorridas no século XIX, acompanhou toda a evolução tecnológica e dos costumes do século XX e chega ao novo milênio atingindo uma dimensão ímpar pela sua abrangência dos campos político, econômico, cultural e educacional.

No percurso dessa história, no penúltimo século, encontra-se Thomas Arnold, considerado o *pai do esporte moderno* por ter iniciado a utilização dos jogos populares ingleses em uma perspectiva pedagógica, sendo pioneiro no reconhecimento do esporte como um meio de educação. Tais jogos foram gradualmente codificados e organizados, impulsionando o movimento esportivo inglês do século XIX e, segundo Betti (1991), as escolas públicas inglesas que facilitaram o processo de proliferação do esporte em outras camadas sociais, enfatizando a influência socializante dos jogos na promoção da lealdade, cooperação e iniciativa, entre outros valores.

Com base no modelo de esporte educativo das escolas inglesas, aliado a princípios da Grécia Antiga, Pierre de Coubertin buscou inspiração para o renascimento dos Jogos Olímpicos (Betti, 1991). É nesse cenário que o ideário olímpico foi construído e que o esporte moderno consolidou-se por suas reconhecidas funções pedagógicas. Entretanto, o movimento olímpico internacional, que fez ressurgir os Jogos Olímpicos no século XX e fortaleceu o esporte, principalmente na perspectiva do rendimento, acabou cedendo espaço para o seu uso político e para o *doping*, ameaçando o *fair-play* e colocando em xeque os princípios universais da ideologia olímpica.

Diante desse quadro conflitante, como explica Tubino (1992),

[...] a exacerbação dos resultados, enaltecendo o chauvinismo esportivo nas vitórias a qualquer custo, o interesse cada vez mais forte dos governos pelas disputas internacionais e conseqüentes propagandas, o grande salto na evolução da tecnologia esportiva, o aumento diário das horas de treinamento esportivo, o profissionalismo disfarçado, a multiplicação dos casos de doping e de esquemas de suborno passaram a substituir o quadro ético-esportivo anterior por outro, tendente a uma consolidação deste conjunto de erros, vícios e distorções (Tubino, 1992, p. 53).

Se o início da sua trajetória o esporte moderno parece ter favorecido a idéia de que a sua prática com fins educativos e a outra que tem a finalidade de aferir a melhor performance poderiam se equivaler, fosse na escola ou nas Olimpíadas, no decorrer do seu desenvolvimento no século XX foram identificados vários problemas geradores de importantes críticas que culminaram em uma revisão conceitual, baseada em discussões que giraram em torno da busca de uma compreensão mais ampla do esporte como fenômeno social e cultural, rompendo com a perspectiva única do rendimento.

Desde a década de 1960, foram várias as manifestações de intelectuais e organismos internacionais que aprofundaram o seu entendimento, a exemplo do Movimento Esporte para Todos e da Carta Internacional de Educação Física e Esportes, editada pela Unesco, em que o esporte passou a ser reconhecido como um direito humano, e seu conceito foi renovado, incorporando as dimensões do lazer e da educação, e definindo-as como práticas diversas do rendimento (Tubino, 1996).

No Brasil, essa diferenciação consta no texto da Lei nº 9.615 de 1998, no qual o esporte de rendimento é praticado “[...] segundo normas gerais desta lei e das regras de prática esportiva, nacionais e internacio-

nais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do País e estas com as de outras nações”, ao passo que o esporte educacional é aquele praticado

“[...] nos sistemas de ensino e em outras formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer”.

Apesar de tudo isso, após anos de debates e esforços na tentativa de redimensionar as manifestações esportivas de acordo com seus contextos socioculturais, a discussão em torno do esporte e das suas possibilidades educativas continua. Menos, talvez, por incompreensões conceituais acerca do fenômeno esportivo, e mais por falta de um aprofundamento das inter-relações entre os significados de educação e esporte no âmbito pedagógico.

Numa perspectiva mais abrangente, este estudo toma por base a afirmação de Brotto (2001), que entende o esporte como um fenômeno de natureza educacional. Partindo desse ponto de vista, se qualquer manifestação do esporte educa, a questão a ser respondida é em que direção se deseja educar e, conseqüentemente, qual pedagogia é a mais adequada.

Para Paes (apud Brotto, 2001), qualquer construção pedagógica do esporte deve ser orientada por duas dimensões. A primeira dimensão é a filosófica, que esclarece quais concepções de esporte, de humanidade e de educação que pautam as ações. A segunda, de caráter técnico, define-se pelos processos desenvolvidos na prática pedagógica que refletem tais princípios filosóficos.

Esse é o eixo condutor deste capítulo, que discute as diferentes concepções filosóficas norteadoras das pedagogias do esporte, definidas em relação às concepções de criança e educação, considerando o momento histórico como pano de fundo desta problemática.

O ESPORTE INFANTIL E A PEDAGOGIA DO RENDIMENTO

Ao se observar o esporte praticado por crianças nos clubes, ele pouco difere da prática adulta do rendimento, a não ser pela redução das dimensões dos equipamentos (tamanho da bola, tempo de jogo, etc.), além de reproduzir alguns comportamentos condenáveis: técnicos maltratando seus *atletas* por erros cometidos, pais xingando árbitros, frases negativas entoadas pela torcida, enfim, um contexto em que a preocupação de todos está voltada quase que exclusivamente para o resultado do confronto. Aprofundando essa análise para além do momento da competição, é possível encontrar crianças submetidas a *peneiras*¹ para a seleção de equipes e a sessões de treinamento exaustivas, muitas vezes incompatíveis com a continuação dos estudos e outras atividades comuns ao período da infância.

E por falar em estudos, ao se deslocar o foco de análise para o esporte escolar, a imagem não é muito diferente, já que não são raras as vezes em que a grande preocupação de ter equipes competitivas nas escolas sobrepõe-se à intenção de ensinar o esporte para os alunos. Assim, qualquer proposta pedagógica é facilmente substituída por um determinado número de bolsas de estudo oferecidas a alguns poucos talentos, e as aulas de Educação Física transformam-se em *celeiros*² de atletas.

Eis a pedagogia do rendimento.

¹ Nome popular dado aos processos de seleção organizados por entidades esportivas para a escolha de atletas para suas equipes de treinamento. Tais processos costumam acontecer em um único dia, em que os candidatos passam por alguns exercícios específicos da modalidade e por um jogo, no caso de modalidades coletivas.

² Outro nome popular que costuma designar instituições que revelam atletas.

A pedagogia do rendimento não se restringe à prática do esporte, mas parece estar presente no dia-a-dia das pessoas que se submetem e são submetidas à obrigatoriedade de render, de ser *o melhor* em qualquer situação: ser *o primeiro* na lista de aprovados do vestibular, *o profissional* com melhor remuneração, *o melhor* aluno...

Como diz Kunz (2000), baseado na teoria crítica que compara o esporte de rendimento às relações de trabalho nas sociedades industriais, o próprio homem torna-se uma máquina de rendimentos. Segundo ele, os motivos disso “[...] não estão no desenvolvimento do esporte em si, mas no próprio desenvolvimento das sociedades atuais, onde o rendimento configura-se no princípio máximo de todas as ações” (Kunz, 2000, p. 24-25).

Nessa perspectiva, o esporte infantil também não se constitui como uma prática pedagógica isolada, mas está diretamente relacionado aos significados de infância expressos nas relações sociais estabelecidas entre crianças e adultos ao longo dos tempos.

Historicamente, a criança e a infância têm recebido diversas significações da sociedade. Ariès (1981) conta que na sociedade medieval não existia a idéia de infância, todas as particularidades da criança eram ignoradas e ela era considerada um adulto em miniatura, participando das mesmas atividades e dos mesmos grupos que os adultos.

A partir do século XVII, segundo Prizskulnik (2002), surge uma nova noção de criança, apoiada nas preocupações com a disciplina e a moral, pela qual ela é tida como um ser frágil e imperfeito, colocando a educação como uma das principais obrigações humanas. Educação esta que acreditava ser preciso humilhar a criança, trazendo-a a uma condição inferior, para poder melhorá-la e torna-la um adulto honrado.

Notadamente, nessa trajetória de redefinições da criança e da educação, o século XIX aparece como um período de importantes transformações sociais: deixa-se de lado a concepção de infância como um período de fraqueza que precisa de humilhação, e assume-se a idéia de que a criança deve ser preparada para a vida adulta. Nesse contexto, a educação formal passa a ter importância ímpar, e é exatamente nesse período, como já foi citado, que a escola exerceu papel fundamental também na proliferação da idéia de que o esporte era um excelente meio para a educação, contribuindo para a formação física e moral dos jovens.

No início do século XX, pela expansão do processo de escolarização, as dificuldades de aprendizagem despertam o interesse de psicólogos, pedagogos e professores, o que acarreta na sistematização de estudos sobre a criança e seu desenvolvimento, sob a perspectiva dos processos de aprendizagem. No decorrer desse século, a escola firma-se como local privilegiado para a formação da criança, ainda voltada para o seu futuro adulto. Mas além da escola, os adultos criam e buscam outras atividades para complementar essa formação como as aulas de línguas, informática, artes e a própria prática esportiva.

Não por acaso, um dos grandes temas de discussão sobre a criança e a educação desse século tem sido o processo de adultização da infância. Processo este decorrente do estilo de vida e das expectativas da vida adulta impostos às crianças que, segundo Rosa (2000), têm provocado transformações de comportamento, precocidade do desenvolvimento físico e hormonal e problemas de saúde como o estresse, representando um retrocesso histórico:

[...] a versão *high tech* da infância, típica do nosso tempo, ameaça acabar com ela, pela destruição paulatina e constante das fronteiras entre o universo de interesses de adultos e crianças. A “adultização” da infância e o seu contraponto, a infantilização da vida adulta, têm gerado uma indiferenciação perigosa entre estas duas etapas da vida do indivíduo. De modo que, estranhamente, o ser criança nos dias de hoje não deixa de se assemelhar, em muitos aspectos, ao período anterior. [...] A crescente ausência de discriminação, por parte dos adultos do que é próprio ou impróprio às crianças, representa um retorno a uma mentalidade tipicamente medieval, caracterizada pela ignorância, insensibilidade e o desrespeito para com elas (Rosa, 2000, p. 6).

Esse conceito de infância atual não se apresenta como uma mera reprodução da concepção medieval, e sim como uma combinação complexa da idéia de criança como um ser que deve ser preparado para a vida adulta, acompanhada do ritmo frenético em que a sociedade avança. Dessa forma, o caminho mais curto para se preparar alguém para a vida adulta é torná-lo adulto o mais rápido possível. Contrariamente à Idade Média, em que a criança não se distinguia do adulto por não serem reconhecidas suas particularidades, o que parece ocorrer hoje é o desprezo das características da infância em nome da produtividade, ou seja, quanto antes a criança se tornar um adulto, antes também ela estará pronta para enfrentar este mundo competitivo e excludente, será capaz de render e conquistar o sucesso.

Da mesma maneira, o esporte, como manifestação cultural marcada pelos diferentes momentos históricos da humanidade, demonstra acompanhar esta lógica contemporânea de que nada melhor para preparar a criança para o mundo adulto do que reproduzi-lo no mundo infantil. Ao contrário da concepção medieval pautada na ignorância, tal tratamento dado à infância aparece dotado de intenções pedagógicas.

A pedagogia do rendimento orienta-se pelo processo de adultização da infância que, no esporte, pode ser exemplificado pela precocidade com que elas são submetidas a treinamentos e competições semelhantes ao contexto adulto, em que se despreza a riqueza das práticas lúdicas em nome de se preparar os futuros atletas.

Como Rosa (2000) aponta:

O tempo lúdico da infância, antes dedicado às tradicionais brincadeiras de faz-de-conta, que marcavam a diferença entre o universo simbólico infantil e as preocupações da vida adulta, vem sendo cada vez mais substituído por obsessivas práticas de culto à estética, à erotização precoce e à *fetichização* dos objetos que denotam *status* econômico e social (Rosa, 2000, p. 6).

O esporte infantil, nesse sentido, também assume a condição de objeto de desejo de crianças e pais, que o percebem como uma representação de *status*. Percepção esta que alimenta a obsessão pelo consumo de uniformes e tênis iguais aos dos grandes atletas, que transforma o esporte em uma prática com cargas excessivas de treinamento, e que atribui responsabilidades adultas às crianças, como horários rígidos de treinamentos e fins de semana repletos de competições, sem sobrar muito tempo para brincadeiras livres ou outras atividades infantis. Ser criança passa a ser nada mais do que um estágio preparatório para a *vida de verdade*, em que a ludicidade cede espaço para a seriedade, em que o riso infantil é substituído pelo estresse.

Poeticamente, Alves (2001) comenta a tão pronunciada pergunta: o que você quer ser quando crescer? Ele diz que ela soa “como se o verbo ser nos fosse hipotecado na infância, condenados à lógica do sucesso, à lógica que impõe [...] mais sucesso na transformação do corpo infantil brincante no corpo adulto produtor” (Alves, 2001, p. 26).

Para a pedagogia do rendimento no esporte, esta também é a lógica a ser seguida: transformar a criança que joga brincando em um atleta que rende jogando. No esporte como processo de adultização, a criança é ensinada a render no futuro aprendendo pelo processo de ter de render no presente, num contexto em que todas as ações educativas têm como fim a conquista de resultados imediatos, como se o futuro fosse o agora.

Em um belo texto que trata da relação dialética entre o esporte e a sociedade, Távola (1985) diz que:

A nuvem pragmática que invadiu a humanidade no século XX determinada pela utopia do progresso material, científico e tecnológico levou os processos educativos – os escolares e os dos costumes – a colocar na *eficácia*, no *resultado* e na *forma*, toda a finalidade dos atos humanos (Távola, 1985, p. 279).

Quando se assume a eficácia e o resultado como finalidades dos processos educativos, assume-se também a condição de objeto daquele a ser educado, pois ele nada mais é do que um meio, um instrumento para se alcançar o produto final, o rendimento esperado. Tal ênfase é evidenciada no esporte infantil, por

exemplo, quando somente os melhores têm chances de participar, enquanto os outros pobres coadjuvantes assistem a tudo do banco; ou quando as crianças são ensinadas a usar meios ilegais para vencer.

Este parágrafo relata um fato real presenciado pela autora na época de preparação desse estudo, que ocorreu durante um Festival de Esportes para escolas de iniciação esportiva, cujo objetivo era estimular nas crianças o prazer na prática esportiva. Durante a prova de atletismo para crianças de 9 anos, enquanto as equipes se organizavam em filas para as baterias, aguardando o sinal do árbitro, um professor aproximou-se de seu aluno e disse: “Não preste atenção no apito do árbitro. Quando eu der dois toques nas suas costas você larga, tá bom?”.

Sobre isso, Távola afirma que:

[...] a determinação da utopia materializante [...] gerou regras, leis não escritas e comportamentos, identificando o realismo não com uma visão ampla do real, mas apenas como as atitudes necessárias ao seu lado *eficaz, útil, funcional*. A hipertrofia do funcional determinou o recuo de outros conteúdos do real, como o *moral, o poético, o de justiça, virtude, beleza, igualdade, sensibilidade*, etc. que passaram a ser conotados como fora da realidade quando eram e são partes integrantes dela. Daí a grave crise civilizatória em que estamos, intoxicados de *vitimismo* e de uma ética inventada para glorificar vitórias a qualquer preço, esquecendo que perder também faz parte da vida. E, muitas vezes, o que parece ser perder pode ser “perdar” (Távola, 1985, p. 279).

Agir dessa maneira significa crer que excluir os menos habilidosos e trapacear são atitudes úteis e que fazem parte da lógica interna da prática esportiva, como se o único sentido do esporte estivesse em vencer. A justiça, a igualdade de oportunidades e outros valores éticos e morais do esporte são desprezados como valores menores que, muitas vezes, atrapalham e até impedem avitória. O fim justifica os meios, e não importa o que se faz, contanto que se consagre campeão.

Nessa perspectiva, não só a competição, mas todo o processo de aprendizagem do esporte passa a ser visto apenas pelo seu caráter funcional, como uma etapa para se chegar à vitória que consagra a instituição, o técnico, o diretor do clube, alguns pais orgulhosos e algumas crianças prodígios tidas como heróis.

Isso acontece à custa do sacrifício do tempo da infância em que a criança deixa de ser protagonista e se torna um instrumento útil para a satisfação dos desejos adultos. A criança, no lugar de sujeito, passa a ser objeto de aprendizagem, percebida apenas como um corpo que reproduz movimentos. Nesse ponto, a prática esportiva é conduzida tendo como foco um corpo que tem o dever de render, e não um indivíduo com o direito de aprender.

Desse modo, o esporte infantil chega ao fim do século XX, reforçando sua imagem como privilégio daqueles capazes de responder adequadamente a um sistema autoritário de educação de resultados, tida como a mera reprodução de conhecimentos técnicos, táticos e/ou físicos inerentes ao esporte, e que entende as crianças como objetos de rendimento.

Ao analisar a educação no último século, Morin (2001) conclui que,

efetuaram-se progressos gigantescos nos conhecimentos no âmbito das especializações disciplinares, durante o século XX. Porém, estes progressos estão dispersos, desunidos, devido justamente à especialização que muitas vezes fragmenta os contextos, as globalidades e as complexidades (Morin, 2001, p. 40).

A fragmentação dos conhecimentos no esporte infantil também repercute da mesma forma, em uma visão de criança fragmentada em um corpo biológico, desconsiderando suas emoções, suas vontades, sua individualidade. Dissocia-se a criança da atividade que ela pratica, enfatizando a atividade em si e sua lógica assumida como interna, sem analisar a complexidade do contexto esportivo infantil, e desprezando a interação da criança com o ambiente de aprendizagem como elemento central da prática pedagógica.

Aqueles que acreditam na pedagogia do rendimento dizem que o esporte é assim, concordam com uma ideologia fatalista e imobilizante que, segundo Freire (1996, p. 21), “insiste em convencer-nos de que nada podemos contra a realidade social que, de histórica e cultural, passa a ser ou a virar ‘quase natural’”. Desse ponto de vista, segundo o autor, o que resta à prática educativa é adaptar o educando a esta realidade imutável, oferecendo a ele treinamento técnico indispensável à sua sobrevivência.

No esporte, é compreendê-lo de forma restrita e ter o rendimento como única referência para sua prática. É constatar que esta é a única realidade possível que, a serviço da educação das crianças, deve adaptá-las ao sistema excludente por meio de treinamento técnico, para que elas possam sobreviver nele que, na verdade, garante o privilégio de participar dele.

As considerações de Paulo Freire citadas anteriormente fazem parte de seu livro intitulado *Pedagogia da autonomia*, que nega esse fatalismo diante da realidade social e propõe uma prática educativa para a autonomia, que serve de inspiração e empresta o nome para o título do próximo tópico.

O ESPORTE INFANTIL, A PEDAGOGIA DA AUTONOMIA E A EDUCAÇÃO PARA O SÉCULO XXI

A palavra autonomia, de origem grega, significa lei própria (*autós + nómos*). Ferreira (2000) a define como a capacidade de um indivíduo se governar por si mesmo. Pode-se dizer, então, que a pedagogia da autonomia baseia-se em uma prática educativa que busca ensinar o educando a ser capaz de regular seus próprios interesses com independência e autodeterminação.

Ao discutir os saberes necessários para a educação nesse século, Morin (2001) propõe que,

A educação deve favorecer a aptidão natural da mente em formular e resolver problemas essenciais e, de forma correlata, estimular o uso total da inteligência geral. Este uso total pede o livre exercício da curiosidade, a faculdade mais expandida e a mais viva durante a infância e adolescência, que com frequência a instrução extingue e que, ao contrário, se trata de estimular ou, caso esteja adormecida, de despertar. Na missão de promover a inteligência geral dos indivíduos, a educação do futuro deve ao mesmo tempo utilizar os conhecimentos existentes, superar as antinomias decorrentes do progresso nos conhecimentos especializados e identificar a falsa racionalidade (Morin, 2001, p. 39-40).

Pensar a educação como meio de desenvolver a capacidade de formular e resolver problemas, estimulando a curiosidade, é entendê-la como processo para a formação de indivíduos autônomos e investigadores, é nutrir o desejo de saber, de ver, de conhecer, de aprender³, posicionando o processo educativo não mais como obrigação, mas no plano das vontades do ser humano, da criança.

Superar as antinomias – contradições – dos conhecimentos especializados é compreender a humanidade na sua inteireza, como diria Paulo Freire. Reconstruir a visão do homem no mundo, não mais vê-lo como um ser *bio psico social*, mas entender essas dimensões como elementos indissociáveis deste ser.

Morin (2001) acredita que as antinomias (*antí*, oposição + *nómos*, lei) enfraquecem a percepção do global, conduzindo também ao enfraquecimento da responsabilidade, já que cada um se responsabiliza por apenas uma parte, e da solidariedade, em que cada um não mais sente os vínculos com seus concidadãos.

Promover a autonomia torna-se, então, um caminho para a superação das antinomias, o fortalecimento da co-responsabilidade e da solidariedade, na medida em que ser autônomo, descobrindo-se independente e autodeterminante, exige que se reconheça também a autonomia do outro. Nesse processo de auto conhecimento é que se torna possível conhecer o outro e o mundo, valorizando a unidade do homem

³ Todos estes termos foram encontrados em dicionários da língua portuguesa como sinônimos para a palavra curiosidade.

como síntese da diversidade, pois como disse Morin (2001, p. 55), “compreender o humano é compreender sua unidade na diversidade, sua diversidade na unidade”.

Pensar, então, no esporte como um meio de concretizar essa educação para o e no século XXI é entendê-lo como uma ferramenta para o desenvolvimento pleno do ser humano, possibilidade identificada nas palavras de Barbieri (1999) que, ao versar sobre o esporte educacional, também defende uma educação emergente-emancipadora, que tenha como princípio fundamental o desenvolvimento da autonomia do homem, do seu pensamento crítico, da sua criatividade e da sua participação ativa na construção e transformação do mundo:

[...] A visão contemporâneo-integradora do esporte é aquela que, reconhecendo a necessidade premente [...] de ações que objetivem restaurar o humano do homem, concebe como sendo insubstituíveis o valor e a importância atribuídos à emancipação do homem, à sua autonomia, à sua participação efetiva na construção da realidade, ao desenvolvimento da sua auto-estima, de sua criatividade, de seu auto conhecimento, de sua ludicidade, da sua capacidade de cooperar, bem como da preservação da sua identidade cultural. Admite a necessidade do desenvolvimento do esporte intrinsecamente relacionado à educação (significada como um processo do homem se fazer no mundo) e que se fundamente também numa relação de co-educação entre aqueles que, juntos, aprendem; se fundamente no respeito e na preservação da individualidade de cada um dos participantes desse processo em relação às diversas outras individualidades, tendo em vista o contexto uno e diverso no qual o homem está inserido (Barbieri, 1999).

A relação do homem com a atividade esportiva passa a ser vista de outra forma, não mais com a intenção de adaptar o humano à atividade como algo que existe externamente a ele, de subjugá-lo à superação do outro e à eliminação do mais fraco como se fossem elementos da lógica interna do esporte. Ao contrário, como expressão cultural da humanidade, a prática esportiva acontece para satisfazer às necessidades e vontades humanas, de tal maneira que ela possa ser transformada e assumir vários significados de acordo com o seu contexto social e histórico, neste caso, para cumprir com os propósitos de uma educação emancipadora.

Pensando nisso, o autor sugere que a prática esportiva deve-se desenvolver ancorada pelos princípios da totalidade, co-educação, emancipação, participação, cooperação e regionalismo.

O esporte praticado sob o princípio da *totalidade* deve ter como objetivo o resgate da unidade humana, entendendo a criança como um ser cujas emoções, pensamentos e ações são elementos constitutivos da sua identidade, respeitando e preservando a individualidade e a diversidade.

Para tanto, a auto-referência no processo de ensino-aprendizagem passa a ser um aspecto fundamental. Estabelecer referências e metas individuais coerentes com o nível particular de desenvolvimento de cada criança faz com que sejam oferecidas oportunidades iguais de aprendizagem e progresso para todas, orientando-as para a busca da auto-superação, e não da superação dos outros. A auto-avaliação, no lugar da comparação de desempenhos, torna-se uma estratégia importante para o autoconhecimento e o desenvolvimento da auto-estima, além de promover uma conduta de respeito e solidariedade para com o outro já que, ao reconhecer os próprios potenciais e limites, aprende-se a compreender a individualidade do colega e valorizar a diversidade do grupo (Korsakas, 2002). Nesse contexto, unidade e diversidade interagem na construção da identidade coletiva, um mosaico construído com as identidades particulares e colorido pela diversidade. Diversidade que, no esporte infantil, é facilmente percebida pela heterogeneidade entre as crianças no tocante a gênero, raça, religião, nível de desempenho nas atividades e várias outras características que tornam cada ser diferente do outro e, por isso, semelhantes entre si.

De acordo com os princípios educativos, a heterogeneidade enriquece o processo de aprendizagem fundamentado na *co-educação* como processo de transformação recíproca. Esse princípio, na prática, estimula que uma criança ajude a outra na aprendizagem de algo que ela já domina e, ao mesmo tempo, faz com

que ela vislumbre novas possibilidades de aprendizado pelo contato com o diferente. Por exemplo, propor que meninos e meninas trabalhem juntos em atividades em que a força dos meninos, aliada à flexibilidade das meninas, facilite o alcance de objetivo proposto; e também possibilitar a inversão de papéis, exigindo dos garotos a flexibilidade que lhes falta e das garotas a força que não desenvolveram, pode fazer com que, em vez de se rivalizarem pelos modelos estereotipados de masculino e feminino, valorizem a contribuição do outro para completar a tarefa. Enfatizar que a união de seus esforços é fundamental para a conquista de objetivos comuns, e que ambos aprendem e ensinam algo novo quando se comunicam, sugere que as relações humanas não precisam ser, necessariamente, pautadas pela competitividade e busca da superação do outro, e sim que podem ser estabelecidas com base na *cooperação*, como uma interação viável que fortalece a noção de solidariedade. Cooperação que não se estabelece apenas entre os educandos, mas também entre educador e educando, cada qual desempenhando seu papel no processo educativo, mas compartilhando problemas e soluções no processo de ensino-aprendizagem.

Em uma equipe que pratica futebol, por exemplo, o educador tem algumas opções de como propor uma atividade para treinar jogadas de ataque para superar um sistema defensivo. Se o próprio sistema é colocado como uma situação-problema para que as crianças criem movimentações de ataque, o educador assume um papel de mediador nessa relação, orientando-as na busca das possíveis soluções, em um processo de construção conjunta. Em vez de repetir jogadas ensaiadas criadas por um adulto, as próprias crianças dão sentido às suas ações táticas, o que estimula a *participação* de todos como protagonistas no processo de aprendizagem. Promover a participação de todos nesse contexto incentiva também o senso de co-responsabilidade e de comprometimento social com a construção da realidade pautada pelo exercício de direitos e responsabilidades, e estimula a criticidade e criatividade de todos, a fim de formar indivíduos autônomos e independentes, competências necessárias para o desenvolvimento da *emancipação*. Emancipação que é favorecida quando o educador, que julga necessário que seu grupodesenvolva a habilidade de saltar, por exemplo, propõe uma atividade em que, em vez de alinhar as crianças lado a lado em um canto da quadra e solicitar que repitam o movimento demonstrado até o outro lado, oferece estímulos por meio de obstáculos que devem ser superados executando saltos que já conhecem, ou criando outros que julguem eficazes para a superação do desafio. Não é raro, neste último caso, observar uma variabilidade de saltos maior do que os educadores poderiam imaginar. Esse exemplo não quer dizer, entretanto, que nunca se deva oferecer modelos, mas pretende ressaltar a importância de estimular a criatividade das crianças, dando-lhes autonomia para buscar suas próprias respostas.

Planejar o processo de aprendizagem do esporte, partindo dos conhecimentos que as crianças já possuem em direção à construção de novas ações motoras, faz com que se reconheça a criança também como ser cultural, que se constrói por intermédio da história de seus pais e avós nascidos em outras comunidades, com outros jogos, pelas brincadeiras infantis aprendidas na escola, na rua, na cidade em que nasceu, na região em que vive. O regional e o global também interagem nesse ponto, sob o princípio do *regionalismo*, como uma maneira não só de resgatar as heranças culturais, mas de valorizá-las como parte da história de vida de cada um e de todos. História que conta a totalidade humana, no palco da unidade, iluminada pelos holofotes da diversidade...

E assim, todos os princípios do esporte educacional, cada qual com o que lhe é peculiar, interagem sob uma única prática pedagógica, a pedagogia da autonomia.

Autonomia para o educador, que não mais é visto como detentor e transmissor de todo o conhecimento, mas que tem independência para transitar entre o ensinar e o aprender, que educa ao mesmo tempo em que é educado, agindo não mais de maneira determinista, mas fomentando a autodeterminação, sua e de seus educandos.

Liberdade para a criança que, também como sujeito deste processo de ensinar e aprender, tem o

poder – a possibilidade – de reinventá-lo para o prazer e para a diversão. Que tem de apresentar, como único critério para participação, a curiosidade, a vontade de aprender sempre, e de criar o novo com base no conhecido.

Autonomia para o próprio esporte, que permite a atribuição de diversos significados, exatamente por garantir a autonomia àqueles que o fazem existir. Que, como elemento da cultura assume seu papel no passado, contando a história da humanidade; no presente, identificando e transformando a realidade; e no futuro, anunciando novas possibilidades.

Com um tom utópico, tomara profético, Távola (1985) fala do esporte do futuro:

O futebol do futuro vai ser sem o gol como única aferição da vitória e sem juiz. O momento do gol será festejado pelos dois times e cumprimentados os autores. Nem será necessário a bola transpor a linha. Uma bela jogada de conclusão infeliz será considerada meio gol pelo time adversário que aceitará a qualidade de sua urdidura, e mandará anotar meio ponto. Haverá uma qualificação para a beleza das jogadas a valer pontos e dela participarão os dois times, mais empenhados em descobrir a beleza do que em evitá-la. O resultado final será a mescla do número de gols, como o de escanteios, o de jogadas consideradas belas e atitudes dignas de registro. Os dois times se reunirão para o proclamar e ambos comemorarão o fato de terem feito o espetáculo, aproveitando para verificar em que pontos melhoraram. No futebol do futuro, o adversário não servirá para ser superado ou superar, e sim para ajudar a conferir em que aspectos cada time superou-se (a si próprio e não o adversário). O adversário nem assim se chamará. Será o “solidário”. As notícias dirão: “A seleção brasileira solidarizou-se ontem com a da Alemanha na verificação dos pontos em que ambas progrediram. A do Brasil venceu a si mesma por três pontos e a da Alemanha empatou com o seu desempenho anterior. Ao final, todos juntos comemoraram a alegria de compartilhar o esporte e de ajudar um ao outro na tarefa da auto-superação” (Távola, 1985, p. 275).

Essa imagem do esporte do futuro é descrita como uma utopia, não no sentido de um projeto irrealizável, e sim, pela definição de Alves (2000), como um ponto inatingível que indica o caminho, assim como as estrelas que, apesar de inalcançáveis, indicam a direção a ser seguida.

CONCLUSÃO

Mais do que rever a evolução do esporte nos últimos séculos, a intenção desse texto foi atribuir a essa retrospectiva um sentido mais profundo, valendo-se de considerações filosóficas e pedagógicas sobre o seu papel como meio de educação na história recente da humanidade. Teve como fim, discuti-lo à luz da sua trajetória histórica, admitindo que ele não é um patrimônio de idéias e práticas consolidadas, e sim uma manifestação cultural de múltiplos sentidos e em constante transformação.

Entre o fatalismo e o inconformismo, o esporte infantil foi analisado, tomando-se por base a posição que cada um – criança, pai, educador – pode assumir diante das concepções filosóficas que guiam a prática pedagógica e retratam diferentes formas de compreensão da realidade – da criança, da educação e do esporte.

A importância dessa reflexão está na tentativa de propor uma discussão não mais orientada pela polarização entre rendimento e educação, mas que considere tanto o rendimento quanto a autonomia como objetivos de diferentes propostas educativas. Optar pela pedagogia do rendimento sugere uma visão de que o esporte educa por meio da preparação da criança para enfrentar o mundo como ele está, adaptando-a a ele; enquanto a pedagogia da autonomia pretende formá-la para o desenvolvimento individual e o compromisso social de transformação da realidade.

Por acreditar-se que, de maneira geral, a pedagogia do rendimento ainda prevalece como prática pedagógica no esporte infantil nessa passagem entre os séculos, é que se procurou argumentar a favor da pedagogia da autonomia como uma possibilidade real para um futuro próximo, num momento de transição

em que o homem se pergunta o que esperar do século XXI. Um século cujos próximos 10 anos foram decretados pela Unesco como a década da Cultura da Paz, mas que, neste exato momento, anuncia a iminência das guerras, ressaltado a importância do ser humano rever seu papel no mundo e, por intermédio de uma prática esportiva pautada em valores éticos e humanos, encontrar possíveis respostas que indiquem para que se deve educar nesse século.

REFERÊNCIAS

- ALVES, F. O pássaro no ombro. In: ALVES, R. *A escola com que sempre sonhei sem imaginar que pudesse existir*. Campinas: Papirus Editora, 2001. p. 25-26.
- ALVES, R. *Entre a ciência e a sapiência: o dilema da educação*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1981.
- BARBIERI, C. Conversando sobre esporte educacional. In: Festival de jogos cooperativos: um exercício de convivência, *Livros de boas memórias*, Taubaté, (s.n.), 1999.
- BETTI, M. *Educação Física e sociedade*. São Paulo: Editora Movimento, 1991.
- BRASIL. Presidência da República. *Lei n.º 9.615*, de 24 de março de 1998.
- BROTTO, F. O. *Jogos cooperativos: o jogo e o esporte como um exercício de convivência*. Santos: Projeto Cooperação, 2001.
- FERREIRA, A. B. H. *Miniaurélio século XXI: o minidicionário da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- KORSAKAS, P. O Esporte infantil: as possibilidades de uma prática educativa. In: DE ROSE, D. *Esporte e atividade física na infância e na adolescência: uma abordagem multidisciplinar*. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002. p. 21.
- KUNZ, E. *Transformação didático-pedagógica do esporte*. Ijuí: Editora Unijuí, 2000.
- MORIN, E. *Sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001.
- PRISZKULNIK, L. A criança que a psicanálise descortina: algumas considerações. In: DE ROSE, D. *Esporte e atividade física na infância e na adolescência: uma abordagem multidisciplinar*. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002. p.11-23.
- ROSA, S. S. A globalização da infância. *Jornal da Tarde*, 2.12.2000. Caderno de Sábado, p. 60.
- TÁVOLA, A. *Comunicação é mito: televisão em leitura crítica*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- TUBINO, M. J. G. *Esporte e cultura física*. São Paulo: Ibrasa, 1992.
- _____. O esporte educacional como uma dimensão social do fenômeno esportivo no Brasil. In: CONFÉRENCIA BRASILEIRA DE ESPORTE EDUCACIONAL. *Memórias: conferência brasileira de esporte educacional*. Rio de Janeiro: Editora central da Universidade Gama Filho, 1996.

Contatos

Universidade Presbiteriana Mackenzie
Faculdade de Educação Física
Av. Mackenzie, 905 – Barueri – SP
CEP 06460-130
E-mail: korsakas@usp.br

Tramitação

Recebido em junho/2002
Aceito em setembro/2002